

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Megaleilão marca virada na indústria de petróleo.....	2
Título: Atração de investidores requer mudança do modelo de licitação.....	3
Título: Desenvolvimento do capital humano	5
Título: IBP prevê geração de 400 mil empregos em uma década.....	8
Título: Protestos começam a afetar o setor de gás da Bolívia	10
Título: Destaques	12
Título: State Grid espera modelo de venda para definir disputa pela Eletrobras	13
Título: CSN pode perder trecho da Transnordestina em PE	14
Título: Mercado prevê prejuízo da Braskem no 3º tri.....	15
Título: Bolívia preocupa donas de gasodutos	17
Título: TAG quer investir em estocagem de gás e integração.....	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Leilões na mudança.....	20
Título: Brasil e China negociam área de livre-comércio, diz Guedes	22
Título: Clareando.....	24
Título: Grupo dos EUA não vê elo entre navio e óleo	25
Título: Santuário de tartarugas é prejudicado	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	27
Título: Invenção.....	27
Título: Praia no Espírito Santo atingida por lama de Mariana (MG) agora tem óleo	27
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Gás boliviano pode ser substituído por GNL em plano de contingência	30

Título: Queda do preço do gás pode atrasar.....	32
Título: Empresas e ANP defendem concessão	33
Título: Inovação a partir da qualificação	35
Título: Contratos aumentam arrecadação	38
Título: O ano das estatais	39
Título: Óleo chega a 200km da divisa com RJ, e estado já prepara municípios.....	40

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Suplemento

Autor:

Título: Megaleilão marca virada na indústria de petróleo

Evento “E Agora, Brasil?”, do “Globo e do Valor, com parceria da CNC, debate impactos das licitações

Cercado de expectativas, o megaleilão de áreas do pré-sal realizado na semana passada marcou uma virada na indústria de petróleo e gás no Brasil. A venda de blocos de grande potencial da área da chamada cessão onerosa - o contrato pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de explorar até 5 bilhões de barris numa área do pré-sal em 2010, cuja revisão viabilizou agora a licitação do excedente dessas reservas - fecha um ciclo de ofertas de grandes licitações e abre uma nova fase de incremento da produção.

Saem de cena os altos bônus de assinatura, que favorecem as contas públicas, e aumentam os investimentos nas áreas já licitadas no país, que podem alcançar R\$ 1,8 trilhão nas próximas três décadas. A estimativa foi apresentada na terça-feira pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, no debate sobre o impacto do megaleilão na economia brasileira em mais uma edição do seminário “E agora, Brasil?”, realizado pelos jornais “O Globo” e **Valor** com patrocínio da Confederação Nacional do Comércio (CNC). A nova presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Clarissa Lins, foi a outra

convidada do evento, que teve a mediação da colunista do “Globo” Míriam Leitão e de Francisco Góes, chefe de redação da sucursal do **Valor** no Rio.

Embora o megaleilão tenha batido um recorde mundial com a arrecadação de R\$ 70 bilhões em bônus de assinatura, Clarissa e Oddone concordaram que o valor abaixo do esperado e o protagonismo da Petrobras sem a concorrência de outras petroleiras globais, deixando duas das quatro áreas ofertadas sem interessados, impõem a necessidade de ajustes regulatórios para acelerar a exploração de uma riqueza que tem prazo de validade. Ao mesmo tempo, é preciso melhorar a aplicação dos recursos públicos gerados por uma indústria que tem o desafio de desenvolver novas tecnologias, ampliar oportunidades profissionais e preservar o meio ambiente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Suplementos

Autor: Bruno Rosa e Luciana Nunes Leal — O Globo, do Rio

Título: Atração de investidores requer mudança do modelo de licitação

As principais empresas do setor e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) avaliam que o regime de concessão é mais adequado para aumentar a atratividade dos leilões de áreas de exploração no pré-sal e acelerar os investimentos na exploração das reservas brasileiras. A atual legislação obriga o regime de partilha no pré-sal. A troca foi defendida no “E Agora, Brasil” pela presidente do IBP, Clarissa Lins, e pelo diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

O megaleilão do último dia 6 viabilizou a exploração de duas das áreas mais promissoras do pré-sal na Bacia de Santos, arrematadas pela Petrobras. Só o campo de Búzios tem reserva estimada em 10 bilhões de barris, a sétima do mundo. No entanto, a arrecadação abaixo dos R\$ 106,5 bilhões esperados e a ausência das petroleiras estrangeiras geraram uma frustração que aumentou no dia seguinte, quando ocorreu a 6ª Rodada do Pré-sal. A venda de apenas um dos cinco blocos, cujos bônus fixos somavam R\$ 7 bilhões, gerou R\$ 5 bilhões para o governo com novo protagonismo da Petrobras. Clarissa Lins e Oddone concordaram que os resultados evidenciam a necessidade de mudar.

Recém-empossada à frente do IBP, que reúne petroleiras em atividade no Brasil, Clarissa frisou que um modelo competitivo é fundamental para atrair empresas que disputam leilões no mundo todo e têm tido cuidado redobrado na decisão de investimentos. As empresas defendem a troca do regime de partilha, criado em 2010 para aumentar a participação governamental no pré-sal, pelo de concessão, praticado no país desde o fim da década de 1990.

“As empresas estrangeiras não fizeram lances nesses leilões demonstrando que talvez seja a hora de voltar a algo mais simples, que é a concessão. A simplicidade estimula transparência, redução de custo, competição entre as empresas, ajuda a eliminar o entulho regulatório que hoje traz elementos de incerteza”, afirmou Clarissa, que contou ter levado uma avaliação do leilão pelas petroleiras ao governo. “O Brasil não é a única região a colocar áreas em oferta. Temos que comprovar, a cada momento, que somos atraentes.”

O Brasil não é a única região a colocar áreas em oferta. Temos que comprovar , a cada momento, que somos atraentes”

A concessão interessa mais às empresas porque disputam o bônus de assinatura na perspectiva de ter retornos altos para compensar os riscos da exploração. Na partilha, dividem os lucros com a União e enfrentam vantagens competitivas reservadas à Petrobras.

Oddone concorda com a simplificação do modelo. Para ele, “a era do bônus elevado acabou”. Não há mais grandes reservas a serem leiloadas, mesmo no pré-sal, que motivaram a introdução da partilha. Segundo ele, a partir de agora os blocos tendem a ser menores e de maior risco exploratório. Um caminho sugerido por Oddone no debate seria licitar todas as novas áreas sob o regime de concessão, modulando as participações especiais nos campos mais produtivos: “Licita tudo em concessão. Nas áreas em que a ANP identificar um potencial grande, e que pode ser alvo de uma carga fiscal maior, cria-se uma participação especial adicional. Hoje, o óleo-lucro da partilha é da União e, com essa participação especial adicional, poderia ser discutida uma divisão entre Estados e municípios”.

Qualquer mudança de regime cabe ao Legislativo. Oddone mostrou preocupação com propostas em discussão no Congresso. Ele citou o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com o polígono do pré-sal - delimitador das áreas que devem ser licitadas por partilha e com o direito de preferência da Petrobras - e deixa para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a responsabilidade de escolher o regime em cada área a ser leiloadada.

Conceitualmente, a partilha traz maior resultado para a União. Quando a CNPE for analisar vai acabar licitando várias áreas em partilha”

— Décio Oddone, diretor-geral da ANP

Para ele, há o risco de tudo virar partilha, em que a carga fiscal é mais alta. A tendência, diz, é o governo priorizar isso em vez de concorrência. “Tenho preocupação enorme com isso. A gente pode começar com uma ótima intenção de acabar com a partilha e terminar acabando com a concessão.

Conceitualmente, a partilha traz maior resultado para a União. Quando a CNPE for analisar vai acabar licitando várias áreas em partilha.”

Os convidados concordaram principalmente que o país tem pressa nessa questão. Ambos destacaram que o tempo é curto para aproveitar as oportunidades ainda oferecidas pelo petróleo. O desenvolvimento de novas tecnologias para reduzir emissões de carbono tende a diminuir a demanda e, consequentemente, o preço internacional da commodity.

“Estamos falando de um horizonte de 20 anos de demanda crescendo. Depois, não acaba, mas começa a cair. Portanto a alocação de recursos nessa fonte energética não tem a mesma atratividade que teve até agora”, afirmou Clarissa Lins.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Suplementos

Autor: Bruno Rosa e Luciana Nunes Leal — O Globo, do Rio

Título: Desenvolvimento do capital humano

Com o avanço da produção de petróleo no pré-sal e a perspectiva de se tornar o quinto maior produtor mundial no fim da próxima década, o Brasil tem um grande potencial para se transformar em um novo polo de desenvolvimento de tecnologia nesse setor. O foco agora deve ser o estímulo à criação de projetos e não apenas a construção de laboratórios, avalia Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A expectativa é que os investimentos anuais das empresas do setor em pesquisa e desenvolvimento oscilem entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões ao longo da próxima década. Segundo Oddone, desde o fim dos anos 1990, o total arrecadado em fundos para investimentos em pesquisa soma R\$ 13 bilhões. As companhias têm que destinar 1% do faturamento para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

“No passado, vimos o mais fácil, que foi construir laboratórios e instalações. E eles ficam sem utilização porque não têm projetos. Precisamos criar condições para desenvolver o capital humano e a inteligência. Por isso, mudamos o regulamento para que parte desses recursos vá para capacitação de recursos humanos, como bolsas de estudo. Já são 1.500, entre graduação, mestrado e doutorado”, afirmou Oddone durante o debate do “E agora, Brasil?”, que foi realizado na sede da CNC, no Centro do Rio.

Temos que entender essa mensagem e responder de acordo, mostrando o compromisso inegociável com a responsabilidade ambiental”

Clarissa Lins, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), acredita que serão arrecadados ao longo da próxima década cerca de R\$ 20 bilhões para P&D. Ela destacou que o país já é referência em tecnologia de exploração em águas profundas e ultraprofundas. “Talvez a gente possa fazer mais barulho em torno disso, mas já é resultado de investimentos vultosos liderados pela Petrobras, que tem seu centro de pesquisas na Ilha do Fundão (campus da UFRJ, na zona norte do Rio) e tem reconhecimentos internacionais a tecnologias aplicadas no pré-sal, no campo de Libra, por exemplo.”

Segundo Clarissa, já são mais de 50 mil empresas na cadeia de fornecedores do setor de petróleo e gás no país.

Para estimular ainda mais a inovação, Oddone citou o plano de criação de um novo fundo para apoiar o surgimento de novas empresas da cadeia de óleo e gás. “O objetivo é estimular as startups, para que conceitos inovadores possam se traduzir em soluções comerciais. Não podemos desperdiçar essa oportunidade. Chega de laboratório. Vamos gerar ideias.”

A estimativa é que, com os leilões de partilha e do excedente da cessão onerosa, sejam gerados investimentos entre R\$ 1,5 trilhão e R\$ 1,8 trilhão em toda a indústria do petróleo e gás no país ao longo dos contratos nas próximas três décadas.

“O mundo investe R\$ 220 bilhões por ano. Só o bônus pago no Brasil neste ano foi de R\$ 84 bilhões. É quase a metade de todo o mundo. Isso fala por si só e deve se refletir no longo prazo”, afirmou Oddone.

O mundo investe R\$ 220 bi por ano. Só o bônus pago no Brasil neste ano foi de R\$ 84 bilhões, quase a metade de todo o mundo. Isso fala por si e deve se refletir no longo prazo

— Décio Oddone, diretor-geral da ANP

O pré-sal também vai permitir, segundo Oddone, a criação de uma demanda para os fornecedores locais, apesar de as regras que estabelecem o cumprimento do índice de conteúdo local no setor terem sido flexibilizadas em 2016. Ele citou a importância da diversificação de empresas atuando nos campos, além da Petrobras que, por conta da crise desencadeada após a Operação Lava-Jato, teve de reduzir seus investimentos nos últimos anos.

“O que aconteceu no passado não acontece agora. Lá atrás foi criada uma expectativa e euforia com o pré-sal, com a construção de estaleiros. Não nos preocupamos em garantir a demanda. A preparação veio antes da demanda. Agora, com esses leilões todos, dá para acreditar que a demanda está contratada. Não vão faltar recursos financeiros, humanos e materiais para que esses projetos ocorram”, destacou Décio Oddone.

Os dois debatedores avaliaram que todo esse investimento ocorre em um momento em que as empresas do setor petróleo já estão se transformando em empresas de energia. Clarissa lembrou mais de uma vez que o mercado do petróleo tem prazo de validade. “Como um todo, o que se deve fazer? Se preparar para ser o mais competitivo possível. Por isso, a gente advoga simplicidade de regras.”

Oddone, por sua vez, citou uma série de iniciativas no mundo, como cidades proibindo motores a combustão. Para ele, isso vai ter impacto no consumo de derivados nos próximos anos.

“Não temos mais décadas à frente. Temos que simplificar as regras, pois vamos estar competindo não só com petróleo, mas com solar e eólica. A revolução do shale gas (gás de xisto ou gás não-convencional, um insumo que cresce exponencialmente nos Estados Unidos) e a tecnologia que permitiu descobrir reservas como a do pré-sal colocaram fim a era do petróleo caro.”

Para além de sobreviver na economia de baixo carbono, Clarissa e Oddone classificaram o compromisso das petroleiras com o meio ambiente como crucial. A presidente do IBP afirmou que não se pode ignorar os recados que vêm da sociedade.

“Para comprovar que somos um local atraente para os próximos dez, 15, 20 anos, é pensar no futuro. Temos que entender essa mensagem e responder de acordo, mostrando o comprometimento inegociável com a responsabilidade ambiental. O que a indústria faz, inclusive no Brasil, é atuar de maneira absolutamente responsável no que diz respeito às emissões de gás de efeito estufa”, afirmou Clarissa.

Um exemplo da importância do tema citado no evento foi o impacto do surgimento de manchas de óleo nas praias do Nordeste, provocadas pelo vazamento de um navio petroleiro na costa. Os dois debatedores lembraram que IBP e ANP colaboraram com o governo na mitigação dos danos, mas reconheceram as dificuldades de enfrentar problemas ambientais dessa ordem.

“Esse episódio mostrou que até mesmo a indústria, com seus melhores padrões, não conseguiu prontamente defender a costa com os mecanismos de proteção existentes. Isso é um desafio”, afirmou Clarissa. “Infelizmente esse acidente mostra a nossa fragilidade, mas, em nenhum momento, houve ausência de resposta, de disponibilidade para mitigar os danos.”

Oddone admitiu as dificuldades diante da imprevisibilidade e da falta de informações sobre a origem do vazamento, mas afirmou que será criado um plano mais robusto de reação a acidentes ligados ao petróleo, com a transição de um modelo de monopólio para maior diversidade de atores. “O plano de reação deixará de ser da Petrobras e passará a ser da indústria, incluindo o interesse de todos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Suplemento

Autor: Bruno Rosa e Luciana Nunes Leal — Do Rio

Título: IBP prevê geração de 400 mil empregos em uma década

A indústria do petróleo emprega hoje no Brasil 400 mil pessoas, mas esse número deve dobrar nos próximos dez anos, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). A informação foi dada pela presidente da organização, Clarissa Lins, durante o seminário “E Agora, Brasil?”. Diante desse cenário, as empresas do setor petrolífero começam a se mobilizar para garantir que esse novo mercado represente também mais oportunidades profissionais para diferentes segmentos da sociedade, com maior inclusão de jovens, mulheres e negros.

Uma das iniciativas é o Comitê de Diversidade do IBP. No início deste ano, foi lançado um programa de mentoria para desenvolver competências de liderança para mulheres que desejam ascender aos cargos mais altos do setor de óleo e gás, ainda marcado por grande desigualdade de gênero e raça.

Dados divulgados pelo IBP no lançamento do programa indicam que a indústria global de petróleo e gás conta apenas com 22% de mulheres na força de trabalho. Se forem levadas em conta funções ligadas a geologia, geofísica e engenharia, o percentual não chega a dois dígitos.

Clarissa disse que ser a primeira mulher neste cargo é uma demonstração de que há espaço para as mulheres na indústria de energia, mas que esta conquista precisa ser ampliada. “Essa indústria é majoritariamente masculina em termos globais. O IBP criou um comitê de diversidade e desenvolve um programa de coach com jovens mulheres que pretendem ascender. E a casa está cheia, não há espaço para acolher mais candidatas. É uma demonstração clara de que essa discussão está presente. A discussão é relativamente nova, mas é um terreno fértil”, ela afirmou no evento.

A presidente da entidade que reúne petroleiras disse não ter dúvidas de que o crescimento do setor no futuro não contará apenas com homens brancos na liderança. Por isso, segundo Clarissa, várias empresas do setor têm investido em projetos de apoio a mulheres e negros no ensino médio, uma forma de incentivar o aumento da participação deles nas carreiras universitárias mais demandadas pela indústria.

“Esse assunto está na pauta, ganha força, é uma cobrança da sociedade, dos acionistas (das empresas) e, principalmente, dos jovens. Só posso acreditar que o futuro será mais diverso e mais rico”, afirmou Clarissa.

Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), lembrou que, nos anos de 1980, poucas mulheres trabalhavam em plataformas no mar. Essa representação ainda é pequena, mas, na visão dele, o cenário vem melhorando nos últimos anos na questão de gênero. Já em relação à diversidade racial, ele considera que o setor está mais atrasado.

“Conseguimos contratar profissionais negros para trabalhar na indústria, mas a presença na liderança e nos postos-chaves ainda não é proporcional à participação deles na sociedade. O bom de ver é que a juventude clama por isso, e as empresas trabalham nessa direção. A diversidade faz parte da agenda.”

A inclusão dos jovens no crescente mercado de óleo e gás também está entre as prioridades das empresas do setor, segundo Clarissa. Para a presidente do IBP, é

um desafio convencê-los do compromisso das petroleiras com a sustentabilidade e seu papel no desenvolvimento do país para atrair talentos. Ela também vê a inovação como fator de aproximação do setor com aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho.

“Esta é uma indústria que precisa atrair os jovens. Temos que mostrar para eles que somos muito bons em tecnologia, em pensar o futuro, em estar atentos às questões contemporâneas, em trazer soluções para nosso país, em prover energia de maneira segura, acessível e respeitosa com o meio ambiente”, afirmou a executiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo

Título: Protestos começam a afetar o setor de gás da Bolívia

Um dia depois de Jeanine Áñez ter assumido a Presidência da Bolívia, a turbulência continuou no país e começou a afetar o crucial setor de gás natural. Ontem um grupo invadiu um campo e paralisou o gasoduto que abastece La Paz, Oruro e Cochabamba. O incidente não afetou as exportações de gás para o Brasil, cujo abastecimento vem de Tarija, no sul. Mas o envio de gás para Brasil e Argentina não está livre de riscos, já que a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) alertou os países vizinhos sobre a possibilidade de interrupções por motivos de “força maior”.

O gasoduto Carrasco-Cochabamba, que atravessa a região central do país, parou de operar na noite de terça-feira em virtude de uma inesperada queda de pressão. A YPFB, no entanto, afirmou que desconhece os motivos.

“O campo foi tomado e a estação de compressão local foi desligada. Quanto isso acontece, o gasoduto fica sem pressão para manter o fluxo de gás”, disse uma fonte do setor de gás que não quis se identificar. “Esse caso não afetaria o fornecimento para Brasil e Argentina, porque esses dependem de campos mais a oeste, como os de Santa Cruz, e mais ao sul, como Tarija.”

A maior parte dos gasodutos é bem protegida, mas eles não são completamente impenetráveis, pois estão em regiões mais isoladas do país, afirma Roberto Laserna, do Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social, em La Paz. “O risco de outros gasodutos serem atingidos, portanto, existe.”

Na segunda-feira à noite a YPFB enviou à Petrobras um comunicado informando que poderia ocorrer eventuais atrasos no envio de gás “por força maior”. A

Petrobras disse, no entanto, que “não há impacto no suprimento de gás natural da Bolívia” para a empresa.

A TBG, que tem a Petrobras como acionista majoritária e opera o gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), disse ontem que o “duto vem operando normalmente com gás natural recebido da Bolívia, utilizando inclusive a sua capacidade máxima de transporte”. Segundo a TBG, os volumes diários programados de gás natural para os pontos de entrega nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão normais.

A situação de instabilidade e tensão continuou ontem na Bolívia. Cidades como a capital La Paz continuaram palco de conflitos entre apoiadores do ex-presidente Evo Morales e opositores. Exército e polícia continuam realizando operações conjuntas nas ruas.

Na tarde de ontem, Áñez recebeu aval do Tribunal Constitucional boliviano para assumir a Presidência da República, depois da renúncia de Morales e seu vice, Álvaro García Linera, e os próximos da linha de sucessão - a presidente do Senado, o presidente da Câmara e o primeiro vice-presidente do Senado.

A presidente interina anunciou seu Gabinete de ministros e nomeou Carlos Orellana Centellas como novo comandante das Forças Armadas. Disse ainda que dois grandes objetivos de seu governo são convocar eleições gerais, mas sem data ainda, e derrogar a sentença constitucional que permite a reeleição indefinida - que permitiu Morales de disputar a eleição de 20 de outubro.

Apesar de ter apoio de setores da oposição que se uniram contra Morales, Áñez carece de apoio no Legislativo para tomar os próximos passos para tirar a Bolívia da crise atual.

“O mais importante agora é nomear o Tribunal Superior Eleitoral, e para isso precisa ter quórum”, diz Luis Carlos Jemio, do Instituto de Estudos Avançados em Desenvolvimento, ao lembrar que o Movimento ao Socialismo (MAS), de Morales, tem maioria de dois terços na Câmara e no Senado. “Será complicado. Acho difícil termos um novo presidente em 22 de janeiro [data prevista para a posse].”

Um acordo para tirar a Bolívia da crise política e institucional que mergulhou desde a eleição de 20 de outubro passa por um grande acordo com o MAS, afirma Filipe Carvalho, da consultoria Eurasia. “A maior questão aqui será a maneira com que Jeanine conseguirá negociar interesses da oposição atual [apoiadores de Morales] e a participação do MAS em um processo eleitoral novo”, diz. “Não podemos esquecer que o partido de Morales tem maioria

qualificada no Legislativo” e que Áñez terá de buscar um equilíbrio bastante delicado, acrescentou.

No México, onde recebeu asilo, Morales convocou um diálogo nacional com acompanhamento de organismos internacionais na Bolívia. Disse ainda que se o povo pedir, está disposto a voltar a seu país. **(Colaborou Rodrigo Polito - com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Taes e leilão da Aneel

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa), que tem entre seus principais acionistas a mineira Cemig e a colombiana ISA, estuda todos os 12 lotes que serão ofertados no próximo leilão de linhas de transmissão da Aneel, marcado para 19 de dezembro. Segundo o diretor presidente da empresa, Raul Lycurgo Leite, devido ao porte e a atuação da companhia, todos os empreendimentos que serão licitados podem trazer ganhos de sinergia para o grupo. “Estamos analisando detalhadamente esses 12 lotes”, disse o executivo. A empresa alcançou lucro líquido de R\$ 357,8 milhões no terceiro trimestre, alta de 21,4% em relação a igual período do ano passado. Na mesma comparação, a receita operacional líquida cresceu 38,6%, para R\$ 597,7 milhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 18,2%, somando R\$ 376,1 milhões.

Lucro da Light cresce

A Light fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 1,519 bilhão, expressiva alta frente aos ganhos de R\$ 6 milhões no mesmo período do ano passado. No balanço, a empresa explicou que em agosto transitou em julgado o processo judicial que deu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, com efeito retroativo a janeiro de 2002. Com isso, a distribuidora constituiu créditos de PIS/Cofins a recuperar de R\$ 6,169 bilhões. O efeito gerou receita financeira de R\$ 1,461 bilhão, com impacto no resultado de R\$ 1,636 bilhão. A receita líquida cresceu 25,4% na comparação entre o terceiro trimestre do ano passado e igual período deste ano, para R\$ 3,754 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte****Título: State Grid espera modelo de venda para definir disputa pela Eletrobras**

Companhia já definiu que vai participar do leilão de linhas de transmissão da Aneel marcado para o dia 19 de dezembro

Esmeraldo, da Xingu Rio Transmissora, empresa do grupo chinês: “Não existe ainda uma linha bem definida, até porque vai depender da aprovação do Congresso” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A estatal chinesa de energia elétrica State Grid aguarda definição por parte do governo federal das regras de privatização da Eletrobras para elaborar um possível plano de aquisições.

Enquanto isso, a companhia já definiu que vai participar do leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para o dia 19 de dezembro, embora os ativos que estarão à venda não sejam foco seu principal interesse.

“Esse leilão [de transmissão] será muito direcionado a pequenos empreendimentos. A State Grid Brasil avalia tudo e com certeza vai participar, mas o nosso foco são os grandes empreendimentos”, disse em entrevista ao **Valor** Paulo Esmeraldo, vice-presidente da Xingu Rio Transmissora de Energia, empresa do grupo State Grid.

“Logicamente que a State Grid tem interesse em participar não só dos leilões, mas de eventuais compras de empresas”, disse. “O momento é de análise dessa concepção de privatização da Eletrobras. É importante saber como ela será privatizada. Isso ainda não está totalmente claro, o governo vem em doses homeopáticas divulgando como será, mas muda. Não existe ainda uma linha bem definida, até porque isso vai depender da aprovação do Congresso”, afirmou Esmeraldo em Belo Horizonte, durante evento do setor elétrico realizado esta semana na cidade.

Além do grupo Eletrobras, outra privatização que promete ser relevante para o setor elétrico será a da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O atual governador de Minas, Romeu Zema (Novo), vem defendendo que o Estado deixe a empresa. A medida precisaria passar pela Assembleia Legislativa e também por um referendo popular.

Esmeraldo disse que seria prematuro dizer se a State Grid vê com interesse a empresa mineira. ‘É preciso ter uma ideia dos ativos que estarão disponíveis [na privatização da Cemig], então não é o momento adequado de dizer se a State Grid tem interesse. O interesse no setor elétrico é grande, agora é preciso conhecer as regras”, acrescentou.

A State Grid começou a operar no Brasil desde 2010 e desde então já investiu R\$ 12,4 bilhões. Entre os investimentos estão a aquisição, em 2017, da CPFL Energia (da qual tem cerca de 80%) e a construção de dois linhões da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, até a região Sudeste.

Esmeraldo afirmou que há uma expectativa positiva em relação à economia brasileira em 2020, com reflexos diretos sobre o setor elétrico. “Na medida que a economia vai melhorando os negócios vão florescer e haverá uma participação mais efetiva nos leilões de transmissão para compra de ativos”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: CSN pode perder trecho da Transnordestina em PE

O governo recebeu a sinalização de um investidor interessado em assumir o ramal pernambucano

A operação de trecho da ferrovia Transnordestina pode ser cedido a um novo operador para reduzir a obrigação de investimento da atual concessionária, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e acelerar o ritmo de execução de obras do empreendimento. A solução foi apresentada ontem pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, no Workshop: PPPs e Concessões.

Freitas informou que o governo já recebeu a sinalização de um investidor interessado em assumir um dos ramais da Transnordestina, que seria o trecho pernambucano que ligará a ferrovia ao Porto de Suape. “Estamos testando se esse interesse é firme mesmo. Se for, e me parece que é, a gente já tem uma proposta para fazer: vamos tirar o ramal de Pernambuco da concessão”, explicou.

A estatal Valec entraria em cena para estruturar um Contrato Operacional Específico (COE) com o novo operador. O documento serviria para evitar conflitos no trânsito de cargas em ferrovias mantidas por concessionárias diferentes. O ministro disse que o novo operador assumiria o papel semelhante

ao do “usuário investidor” - previsto no projeto de lei (PL) que cria o regime de autorização no setor.

Freitas não vê motivos para a CNS se recusar a aceitar a proposta. “Isso é bom porque diminuiu a necessidade de recursos. Eu alivio a concessionária para tornar viável o ramal do Ceará. Então, a obrigação que era de R\$ 7 bilhões fica em R\$ 4 bilhões”, disse no workshop promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo ele, ainda existe a necessidade de R\$ 7,1 bilhões em obras.

O projeto da Transnordestina totaliza 1.753 quilômetros. O empreendimento partiu de orçamento original de R\$ 4,5 bilhões e já superou R\$ 11 bilhões. As obras começaram no governo Lula, em 2006, mas foram interrompidas com a suspensão de recursos. O Tribunal de Contas da União (TCU), em 2017, apontou o risco da ferrovia nunca ser concluída.

No evento, o ministro destacou que a solução proposta pelo governo para viabilizar a retomada do projeto não aliviará a pressão sobre a concessionária. O grupo enfrenta um processo de caducidade (cassação) da concessão que foi instaurado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“O objetivo é ter a obra concluída e a ferrovia operando. Até aqui, temos tido êxito. A gente vai ajudar a empresa naquilo que for necessário para viabilizar a construção, mas não vamos mais tolerar o inadimplemento do contrato. Estou pronto para apertar o botão da caducidade”, alertou.

Para Freitas, a ameaça de caducidade tem surtido efeito. Segundo ele, a concessionária mantém mobilizadas quase 1 mil pessoas e 200 máquinas nos trechos dos Estados do Piauí e Ceará. “A ameaça da caducidade se tornou crível, ela é concreta. A caducidade [se decretada] vai disparar o vencimento antecipado de dívidas e o lastro dessas dívidas são as garantias corporativas da holding”, explicou.

Mesmo com a recente retomada das obras, sob a ameaça de cassar a concessão da ferrovia, o governo conteve a comemoração. “Não tenho feito barulho com relação à retomada da obra porque preciso saber o quão sustentável ela vai ser”, disse o ministro. “Não quero que seja um voo de galinha”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Mercado prevê prejuízo da Braskem no 3º tri

Maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem deve reportar mais um conjunto de resultados fracos no terceiro trimestre. A redução dos spreads, que correspondem à margem da operação, sobretudo do polietileno (PE), taxas de ocupação mais baixas nas centrais petroquímicas e a valorização do dólar frente ao real levaram a companhia ao terreno negativo no intervalo, na avaliação de analistas que cobrem a indústria.

Para a última linha do balanço, que será divulgado hoje após o fechamento do mercado, a expectativa média é de prejuízo líquido de R\$ 293,4 milhões, revertendo o lucro de R\$ 1,3 bilhão apurado no terceiro trimestre do ano passado. A projeção leva em conta estimativas do Santander, UBS, Safra, J.P.Morgan e Morgan Stanley.

Para a receita líquida, a previsão é de queda de 19,3% na comparação anual, a R\$ 13,2 bilhões - a média não considera a estimativa do Safra, que não foi divulgada. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado trimestral deve exibir queda ainda mais forte, de 54,2%, para R\$ 1,64 bilhão.

“O quarto trimestre deve trazer resultados ainda mais fracos por causa do efeito da sazonalidade, e como consequência, cresce o risco de revisão para baixo do Ebitda projetado para 2019”, escreveu em relatório o analista Luiz Carvalho, do UBS. Tipicamente, aspectos sazonais impulsionam as vendas de resinas no terceiro trimestre, mas neste ano esse efeito acabou compensado pelo prolongamento do ciclo de baixa da petroquímica.

Na avaliação dos analistas Kaique Vasconcellos e Daniel Travitzky, do Safra, a desaceleração da economia mundial e a menor demanda chinesa por petroquímicos contribuiu para o momento negativo da indústria e todas as operações da Braskem devem reportar resultado operacional em dólar menor, na comparação anual. Conforme o banco, o spread do PE em relação à nafta, que ainda é a principal matéria-prima a Braskem, exibe um desconto de 58% em relação à media histórica.

“Os spreads do polietileno seguem a tendência de baixa no terceiro trimestre, renovando o nível mínimo recorde”, escreveram. Já os spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) do polipropileno (PP) e do PVC mostraram melhora “marginal”, ainda distantes de retomar os patamares anteriores, acrescentaram. O Safra reduziu em outubro o preço-alvo para as ações da

companhia ao fim de 2020, de R\$ 36,90 para R\$ 34,50, com recomendação neutra.

No Santander, a Braskem aparece entre os destaques negativos dos resultados do setor de óleo, gás e petroquímica na América Latina diante dos “spreads persistentemente fracos e volumes baixos”. Os analistas Christian Audi e Rodrigo Almeida projetam taxa de utilização das fábricas na Europa e nos Estados Unidos estáveis, mas queda na operação brasileira devido ao aumento das importações. No México, a continuidade nos problemas de suprimento de eteno pela Pemex devem ter resultado em taxa de utilização de 78% na Braskem Idesa, conforme os analistas.

Para o UBS, a realização de volumes em estoque pode ter levado a um aumento das vendas da Braskem no trimestre, apesar das taxas de utilização mais baixas no México e nas unidades de PP (nos Estados Unidos e na Alemanha).

Além dos resultados trimestrais, o foco de analistas e investidores estará na potencial atualização do status das operações da Braskem em Maceió (AL). No início de maio, a companhia suspendeu definitivamente a mineração de sal-gema e temporariamente a produção de cloro-soda e dicloroetano na capital alagoana, após o afundamento do solo em três bairros da capital que acabou associado à atividade de extração do sal pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).

Diante da suspensão das operações, a petroquímica deixou de operar de forma integrada na produção de PVC, com impacto negativo estimado de US\$ 30 milhões a US\$ 40 milhões por trimestre na rentabilidade. A companhia, que enfrenta ações na Justiça relacionadas a essa questão, estava buscando alternativas para mitigar esse efeito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Bolívia preocupa donas de gasodutos

Executivos de transportadoras veem riscos para importação direta

Embora a crise na Bolívia não tenha repercussões diretas para os negócios da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e para a Transportadora Associada de Gás (TAG), que controlam, respectivamente, a malha de gasodutos no Sudeste e

no Nordeste do país, executivos das duas empresas reconheceram ontem que os recentes acontecimentos trazem instabilidade para o mercado brasileiro de gás, sobretudo aos planos do governo federal de abertura no setor.

O diretor comercial da NTS, Ricardo Pinto, definiu como um “fato dado” a instabilidade gerada pela crise boliviana e afirmou que essa situação vai atrasar ainda mais a chamada pública para que empresas privadas de distribuição comprem espaço no gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). A empresa, que transporta o gás da Bolívia, tem a Petrobras como controladora. O processo é organizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Acho que isso [a crise na Bolívia] irá atrasar o processo da chamada pública da TBG, porque a YPFB [estatal boliviana] não tem condições de firmar um contrato de longo prazo ou assegurar condições comerciais nessa instabilidade”, afirmou. Pinto definiu a situação da TBG como uma “incógnita” que pode levar um “bom tempo a ser resolvida”.

O executivo da NTS disse, ainda, que a situação sublinha a necessidade de Brasil e Argentina buscarem soluções alternativas para o gás boliviano. “Nós temos um bilhete premiado, uma condição muito privilegiada que é o potencial de gás do pré-sal”, afirmou ontem o executivo no 15º seminário Brazil Power & Energy, promovido pela Câmara Americana de Comércio (Amcham). A NTS é controlada pela canadense Brookfield.

Também presente ao evento, o diretor de operações da TAG, Emmanuel Delfosse, disse que o Brasil poderá ser afetado, a depender de como a situação boliviana evoluir, mas que não haveria impacto para a TAG, controlada pela francesa Engie. Delfosse disse que a repercussão da crise boliviana pode atingir as empresas carregadoras, que entregam a molécula a transportadoras como a TAG. “Nossa malha está longe, então para nós hoje não tem repercussão. De qualquer forma, a gente não poderá ser culpado por [eventual] falta de gás, o que é responsabilidade dos carregadores”, advertiu.

O executivo disse que a controladora Engie já teve experiências com crises políticas, como na Rússia, o que nunca afetou a cadeia de gás. “Tem uma questão política e social e uma [outra] questão técnica de produção”, minimizou. Perguntado se a crise pode afastar interessadas em uma eventual venda de participações de estruturas como o gasoduto da TBG, Delfosse disse que o Brasil precisa do gás boliviano - cerca de 1/5 do volume consumido no país - e que, por isso, prevê resiliência na demanda pelos negócios na região.

“Tem de retomar a discussão da Bolívia daqui a seis meses, mas, na teoria, acho que tem gente interessada em oferecer contrato de gás para o mercado

brasileiro nessa zona da TBG”, disse. “Então vai ter demanda. Poderia até ser uma [empresa] boliviana criando uma empresa no Brasil”, afirmou. Acrescentou que a TAG não tem interesse na TBG. O contrato entre Petrobras e YPFB vale até dezembro, mas as negociações para a renovação estão paradas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: TAG quer investir em estocagem de gás e integração

Controlada pela francesa Engie, empresa avalia integrar suas malhas a dois terminais de GNL

O diretor de operações da TAG, Emmanuel Delfosse, disse ontem que a empresa tem interesse em investir em estocagem de gás e também em conexões da malha de gasodutos com a infraestrutura de importação de gás natural liquefeito (GNL) no Sergipe e no Rio de Janeiro. Controlada pela empresa de energia francesa Engie, a TAG detém gasodutos que ligam as regiões Sudeste e Nordeste, além de estruturas no norte do país. O executivo participou do 15º seminário Brazil Power & Energy, da Câmara Americana de Comércio, no Rio.

A Engie, a Engie Brasil Energia e o fundo de pensão canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) têm, juntos, participação de 90% na TAG. Os 10% restantes permanecem com a Petrobras, que já sinalizou disposição em vender. Delfosse disse não ver dificuldades para essa operação, mas que dependerá da “sistemática da Petrobras”, em referência ao plano de desinvestimentos da estatal. “O prazo para a TAG ser vendida [controle acionário] era de oito meses e demorou dois anos. A venda de 10% não é tão complexa como foi a do restante, mas o ritmo não é meu”, disse. O executivo estima que o negócio poderá ser concluído em até um ano.

Delfosse afirmou que está em diálogo permanente com “agentes interessados” em realizar estocagem de gás, mas frisou que ainda não existe um modelo de negócio rentável para trazer a atividade ao Brasil. “A gente vai continuar trabalhando nessa questão. Estamos falando com vários ‘players’, tentando achar um caminho para financiamento, vendo os interesses dos agentes nesse serviço.”

Ele defendeu a estocagem de gás como medida de segurança energética envolvendo tecnologia simples. “É usar um campo em fim de uso para injetar gás e comprimir. Não é uma tecnologia da Nasa, mas precisa de investimento e

contrato de longo prazo”. O executivo disse que, na França, a Engie trabalha com estocagem há 60 anos.

Sobre as conexões com terminais de GNL da Golar, no Sergipe, e da GNA, no Porto do Açu, no Rio, Delfosse disse que existem tratativas, mas que a TAG aguarda a promulgação da lei que vai reger o mercado no futuro. “Seria muito interessante conectar novas entradas de gás, já que o negócio está de certa forma pago pelo modelo de negócio deles [Golar e GNA]. Se conectarmos [à rede da TAG], tem uma relação de ganha-ganha, tanto para eles, que poderão vender uma parte do gás deles, quanto para o sistema, que teria nova fonte de gás. É nisso que a gente está avançando e a gente vai poder fazer essas conexões”, afirmou.

Definido os termos legais, as conexões entre os sistemas seriam construídas com extensão de cerca de 25 quilômetros, o que exigiria licenciamento ambiental entre outras autorizações. A construção levaria cerca de três anos, estimou. “A questão não é quanto tempo vai durar [a construção], mas ter certeza de que vai acontecer, de que o produtor que vai se concentrar no Açu vai ter a segurança de se conectar ao mercado”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Serra

Título: Leilões na mudança

Ao olhar as grandes mudanças no setor de petróleo e gás brasileiro é importante rememorar o primeiro ano do governo FHC, quando se retirou o monopólio da Petrobrás da Constituição. Isso possibilitou a sanção da Lei do Petróleo, em 1997, e autorizou a realização dos leilões de blocos para exploração e produção. A partir daí o mercado de petróleo brasileiro entrou em nova fase. Adotou-se o regime jurídico de concessão, em que as empresas disputam os blocos oferecendo o maior bônus e comprometimento com o conteúdo local. Com o início da produção, as empresas passariam a pagar royalties e participações especiais. O sucesso dos leilões foi total, com a entrada de grandes empresas petrolíferas internacionais e a criação de empresas nacionais voltadas para esse mercado.

O modelo de concessão foi o único utilizado no Brasil de 1999 ao anúncio do pré-sal, em 2008. Nesse período foram realizados nove leilões, com arrecadação de R\$ 100,3 bilhões com royalties e participações especiais. Consequentemente, a produção de petróleo nacional mais que dobrou, saindo de 838 mil barris/dia em 1997 para 1,8 milhão de barris/dia em 2008. As reservas comprovadas

saltaram de 7 bilhões para 12,8 bilhões. O pré-sal encarnou a promessa de que o Brasil estaria bem próximo de viver a era de ouro do petróleo, com a previsão de enormes reservas e o preço do barril de óleo em torno dos US\$ 100. Mas acabou virando instrumento político. Com o argumento da necessidade de proteção de recursos tão abundantes, decidiu-se que a exploração e produção de petróleo em áreas estratégicas para o País necessitaria de novo regime.

Em vez de promover aprimoramentos no modelo vigente, suspenderam-se os leilões por seis anos, até que se chegasse a um novo modelo considerado adequado. Em 2010, finalmente, o governo instituiu o regime de partilha da produção, que concedia à Petrobrás participação de, no mínimo, 30% dos campos do pré-sal, assim como o monopólio da operação. Só em 2013 se realizou o primeiro leilão do pré-sal, sem que se atingisse o resultado esperado. O certame ofertou o polígono de Libra, com a estimativa de 8 bilhões a 12 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE) recuperáveis. Mas o novo marco para a exploração do petróleo não trouxe a tão aguardada participação maciça de empresas estrangeiras. Sem concorrência, apenas um consórcio apresentou oferta e o governo recebeu o mínimo estipulado nas regras – um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões e 41,65% do petróleo produzido após descontados os custos de produção (o lucro-óleo). Ficou evidente que o novo regime mitigou a atratividade da área ofertada.

A Lei n.º 12.351/2010 precisou ser aperfeiçoada para a realização de novos leilões sob o regime de partilha. Algumas melhorias foram realizadas com a Lei n.º 13.365/2016, que revogou a obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora única, mas podendo participar com 30% em todos os consórcios. Na sequência, o governo Temer mudou a política de conteúdo local, aprovou o Repetro – um novo regime fiscal aduaneiro que suspendeu a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos para o setor de petróleo, principalmente as plataformas de exploração – e estabeleceu um calendário de leilões.

A assertividade das medidas foi vista nos resultados dos leilões seguintes. Em três ofertas de concessão e cinco de partilha arrecadaram-se aproximadamente R\$ 42 bilhões em bônus de assinatura. Esse cálculo não inclui o megaleilão de excedentes da cessão onerosa, cujo bônus de assinatura foi de R\$ 70 bilhões, valor expressivo dentro da indústria global de petróleo, mas abaixo do potencial esperado de R\$ 106,5 bilhões. Os altos valores obtidos nos leilões de partilha realizados recentemente deram ao Brasil uma posição de protagonismo na indústria mundial de petróleo e gás. Apesar disso, não preencheram as expectativas divulgadas. No último dia 7, na sexta rodada do pré-sal, somente um dos cinco blocos ofertados foi arrematado. Um consórcio da Petrobrás (80%) com a chinesa CNODC (20%) foi o único a apresentar lance para o bloco Aram.

É bom lembrar que a Petrobrás exerceu o direito de preferência em outros dois blocos – Norte de Brava e Sudoeste de Sagitário –, mas não apresentou ofertas para eles. Quando ela exerce o direito de preferência, as petroleiras que também pretendiam ser operadoras costumam desistir de fazer ofertas pelo bloco. A preferência da Petrobrás afeta pesadamente a decisão das concorrentes, o que reforça as falhas do modelo de partilha da produção.

De imediato, são essenciais duas alterações na legislação para que a riqueza do petróleo realmente beneficie as futuras gerações de brasileiros. A primeira é o fim da preferência da Petrobrás nos leilões de partilha, o que certamente ampliará sua competitividade nos leilões. A segunda, permitir ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), assessorado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, decidir qual é o melhor regime jurídico de exploração e produção a ser adotado nos leilões do pré-sal. Atualmente, a oferta de novas áreas de exploração é feita pelo regime de partilha. Mas há um entendimento na indústria de que algumas dessas áreas, como acumulações no pós-sal, são economicamente viáveis apenas em regime de concessão. O polígono estabelecido na legislação atual não faz distinção geológica ou econômica. Pela regra, o CNPE também pode considerar uma área fora do polígono como estratégica e ofertar como partilha.

O calendário de leilões já prevê a realização de rodadas de licitações do pré-sal para o biênio 2020-2021. Portanto, quanto mais cedo esses aperfeiçoamentos forem realizados, mais o País terá a ganhar. Há espaço para alterações na legislação para realizar mudanças e aperfeiçoar o regime de leilões. E a expectativa é que sejam aprovadas no Congresso. Já foi trilhado um longo caminho em prol de mudanças do setor de óleo e gás. Não podemos parar por aqui.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor: FABRÍCIO DE CASTRO, LORENNNA RODRIGUES, FELIPE FRAZÃO, MATEUS VARGAS E GUILHEME GUERRA

Título: Brasil e China negociam área de livre-comércio, diz Guedes

Guedes fala em negociar área de livre-comércio com governo da China

Abertura. Durante evento do Brics, ministro afirma que País precisa se ‘integrar às cadeias globais’; ainda em fase inicial, conversas esbarram em regulamento do Mercosul de que qualquer redução de tarifas tem de envolver todos os integrantes do bloco comercial

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Brasil conversa com a China sobre a possibilidade de estabelecer uma área de livre-comércio entre os dois países. Este tipo de acordo costuma prever uma fase de transição até o fim de todas as barreiras tarifárias na venda de produtos. O Estadão/Broadcast apurou que as negociações estão em estágio inicial e que, formalmente, ainda não incluem a ideia de uma área de livre-comércio. Além disso, pelas regras do Mercosul, países-membros do bloco não podem firmar individualmente acordos bilaterais que envolvam eliminação de tarifas. Neste sentido, uma eventual negociação teria de acontecer entre a China e o Mercosul (mais informações nesta página). É o que faz hoje o bloco em conversas com Coreia do Sul, Canadá, Líbano e Cingapura.

Segundo fontes, neste momento o objetivo é aumentar os itens na pauta de exportação para a China, hoje concentrada em três produtos: soja triturada (34%), óleos brutos de petróleo (24%) e minério de ferro (21%). “Estamos conversando com a China sobre a possibilidade de considerarmos uma ‘free trade area’ (área de livre-comércio). Estamos buscando um alto nível de integração. É uma decisão. Queremos nos integrar às cadeias globais. Perdemos tempo demais, temos pressa”, afirmou o ministro, em seminário do banco do Brics, em Brasília. A capital federal recebe desde ontem o encontro de cúpula do grupo, que reúne líderes de Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

Durante evento distinto do que teve Guedes como participante, o presidente Jair Bolsonaro ressaltou o desejo de uma maior aproximação com a China, mas não fez menção a um acordo de livre-comércio entre os dois países. “A China é nosso primeiro parceiro comercial e, juntamente com toda minha equipe, bem como com empresariado brasileiro, queremos mais que ampliar, queremos diversificar nossas relações comerciais”, disse Bolsonaro. Já o presidente chinês, Xi Jinping, disse que a China está disposta a trabalhar com o Brasil “em pé de igualdade” para intercâmbio em diferentes áreas. Os dois países fecharam ontem acordos bilaterais em transporte, saúde, segurança, comunicações e agronegócio. O último possibilita a venda de melão brasileiro para a China em troca da importação de pera chinesa.

Balança. A China é hoje o maior parceiro comercial do País. De janeiro a outubro deste ano, o Brasil exportou US\$ 21,5 bilhões a mais do que importou da China. Os chineses respondem por 27,8% das exportações e por 20% das importações. Sem entrar em detalhes, Guedes afirmou que o objetivo do Brasil é ampliar as trocas comerciais com o país asiático, ainda que isso signifique uma redução do superávit comercial do Brasil com o parceiro. “Não me incomodo se nossa balança (comercial) com a China se equilibrar lá na frente.”

Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro afirmou que o anúncio é positivo, mas ressaltou que, diferentemente do Brasil, a China possui baixos custos de produção e alta eficiência. Assim, uma eventual abertura afetaria principalmente o setor de manufatura brasileiro, que seria tomado por produtos chineses. “A indústria brasileira não está preparada para nenhuma abertura de mercado hoje”, disse ele.

Segundo fontes do governo, as conversas entre autoridades dos dois países incluem a formação de joint ventures com empresas chinesas para manufaturar os produtos no Brasil, aumentando o valor agregado. O Brasil tem uma demanda antiga para que os chineses abram o mercado interno a produtos agrícolas processados e semiprocessados, de maior valor agregado, como a soja, que poderiam ampliar os ganhos nas exportações.

Guedes não descartou acordos com outros países ou blocos comerciais. “Se pudermos passar para a área de livre-comércio com outras áreas do mundo, também queremos”, afirmou o ministro da Economia. “Queremos nos integrar. Vamos fazer 40 anos em quatro.” No fim de julho, o Brasil iniciou oficialmente as negociações para o fechamento de um acordo comercial com os Estados Unidos, após o Mercosul ter fechado, semanas antes, um acordo de livre-comércio com a União Europeia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Clareando...

Direto da fonte

A intenção de Paulo Guedes, expressada ontem, em seminário em Brasília, de “derrubar o custo da energia no Brasil em 30% ou 40% nos próximos dois anos”, é mais que bem vinda mas considerada irrealista por especialistas como Adriano Pires, do CBIE. “A tendência hoje é desses preços subirem no médio prazo”, atesta. Em 2020, é provável que o preço caia, mas as projeções tarifárias carregam incertezas, principalmente riscos climáticos e a energia de Itaipu cobrada em dólares.

...a realidade Na outra mão, concorda com o ministro da Fazenda defendendo o fim da cessão onerosa. “Temos que voltar para o modelo de partilha”. A cessão onerosa foi “invenção do PT em 2010”, lembra Pires. Para tanto, o Congresso terá que aprovar novamente o modelo. José Serra entrou com projeto de lei nesse sentido, a ser debatido em audiência pública este ano.

Luz real

E a privatização da Eletrobrás? A fala do secretário da Fazenda Mansueto Almeida, afirmando que essa venda pode ficar para 2021, no meio da tarde de ontem, fez a ação... despencar.

Tira-teima

Marcos Pontes e Ricardo Salles anunciam segunda-feira os dados oficiais do Prodes, índice que calcula o desmatamento anual. E vão confirmar ou não os números do Inpe, que geraram a demissão do antigo diretor do Instituto, Ricardo Galvão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Grupo dos EUA não vê elo entre navio e óleo

Segundo empresa, Bouboulina teve percurso estável; PF suspeita de embarcação grega

Uma organização americana especializada em análises do mar via satélite afastou suspeitas sobre o navio-tanque Bouboulina. A embarcação da empresa grega Delta Tankers é investigada pela Polícia Federal e pela Marinha nas apurações sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro. Segundo a Skytruth, que reúne entre seus fundadores empresas e organizações como Google e Oceana, os dados sobre o percurso do navio não indicam comportamento atípico. No dia 2, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em duas empresas no Rio que teriam relação com a empresa grega.

A Delta Tankers negou envolvimento e se dispôs a colaborar com as investigações. Em entrevista exclusiva ao Estado, o presidente da Skytruth, John Amos, afirmou que, depois de analisar todas as informações divulgadas pelas instituições brasileiras e de confrontar os dados técnicos com as investigações feitas pela instituição, que está baseada em Novo México, nos Estados Unidos, concluiu que não há evidência de que o óleo teria sido derramado pelo Bouboulina. “Não vemos por que o Bouboulina é considerado a provável fonte de óleo que vem lavando as praias do Brasil desde o início de setembro”, disse Amos.

As análises sobre a embarcação, segundo a Skytruth, mostram que o Bouboulina transmitiu, de forma regular e sem interrupções, todas as informações de sua faixa de AIS (sigla de Automatic Identification System, um sistema de

monitoramento de embarcações usado internacionalmente), depois que deixou o Porto de Jose, na Venezuela, onde teria abastecido seu tanque com uma carga de petróleo bruto. “Alguns desses navios não transmitem consistentemente um sinal de rastreamento público, o que é uma violação do direito marítimo internacional, mas o Bouboulina transmitiu essas informações”, afirma Amos.

A investigação da entidade mostra que a trilha percorrida pelo Bouboulina passou pela costa norte do Brasil, permanecendo principalmente em águas internacionais e chegando a menos de 150 milhas náuticas (278 km) da costa. O navio seguiu pelo Atlântico até chegar ao porto na Cidade do Cabo, na África do Sul. O percurso, segundo a Skytruth, foi feito de forma estável e sem alterações de velocidade ou direção que pudessem indicar comportamento suspeito ou um grande problema mecânico.

A Skytruth também questiona imagens de satélite divulgadas pelas investigações brasileiras, que mostrariam grande mancha de óleo na área pela qual o Bouboulina passou ao atravessar a costa. Na avaliação dos especialistas americanos, a imagem não indica óleo. A origem do poluente, para a empresa, segue desconhecida. Não se descarta a possibilidade de um naufrágio, o derramamento de uma embarcação ou o vazamento de um poço, por causa de falha durante a perfuração.

Hipóteses. Na semana passada, uma análise da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) realizada a partir da plataforma Marine Traffic, provedora mundial de trajetórias de navios, também indicou que o vazamento de óleo não teria sido causado pelo petroleiro grego, mas por um navio fantasma, que costuma desligar o sistema de rastreamento por satélite. O Estado questionou a Marinha sobre os apontamentos da Skytruth e, até as 23 horas, não houve posicionamento. A empresa de Brasília que apoiou as investigações brasileiras e apontou o Bouboulina como a origem do derramamento, a Hex Tecnologia Geoespacial, também foi procurada, mas não se manifestou. Em nota, a Petrobrás informou que “não faz parte da investigação sobre a ocorrência que originou o vazamento de óleo”. A empresa reiterou que o óleo encontrado nas praias “não é produzido nem comercializado pela companhia”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Santuário de tartarugas é prejudicado

O óleo que já atingiu 546 localidades brasileiras chegou, na manhã de ontem, à Reserva Biológica de Comboios, na Praia de Regência, localizada no município

de Linhares (ES). Com 784 hectares, a reserva é uma unidade de preservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e é considerada um “santuário” de tartarugas marinhas. No domingo, o petróleo já havia chegado a uma área de desova de tartarugas marinhas no Pontal do Iporanga, no mesmo município. A substância foi encontrada em pelo menos 23 localidades capixabas e há possibilidade de que chegue ao Estado do Rio nos próximos dias. Segundo a prefeitura de Linhares, “pequenas porções” de óleo foram encontradas na região de Comboios por voluntários do ICMBio.

Uma equipe de oito militares do Exército teria sido deslocada para ajudar na retirada da substância, de acordo com a gestão municipal. Segundo a secretaria municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais, foi feito um trabalho para identificar e minimizar os possíveis impactos sobre os locais de desova. Equipes de limpeza das praias evitam utilizar maquinário pesado para não provocar o soterramento de ninhos. Ontem, mais uma tartaruga marinha foi achada morta, na Bahia. Há quatro anos, Linhares já sofria os prejuízos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os rejeitos chegaram à foz do Rio Doce, na costa do Espírito Santo. / COM AGÊNCIA BRASIL

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Invenção

Painel S.A

Seis entre os dez maiores depositantes de patentes no Brasil em 2018 foram universidades federais. Duas do mesmo estado ocupam o topo do ranking, as federais da Paraíba (94 patentes) e Campina Grande (82). A única empresa que aparece na lista é a Petrobras, na quarta posição, com 54 pedidos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/11/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Praia no Espírito Santo atingida por lama de Mariana (MG) agora tem óleo

Vila de Regência fica encravada na foz do Rio Doce e já tinha perdido turistas após desastre de 2015

Salvador- Morador da vila de Regência, balneário encravado na foz do rio Doce no município de Linhares (132 km de Vitória), Robson Barros da Rocha, 50, mudou os hábitos na última semana.

É surfista, mas tem evitado até passar perto da praia. Gosta de estar bem informado, mas acompanhar o noticiário virou uma atividade indigesta desde que manchas de óleo começaram a atingir o litoral norte do Espírito Santo na última sexta-feira (8).

Pudera. Há quatro anos, Robson viu o mar de Regência ser invadido pelos rejeitos do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), e teve a sua vida virada de ponta-cabeça.

Nesta quarta-feira (13), ele viu o pesadelo voltar sob nova forma: a vila de Regência registrou os primeiros vestígios de óleo nas praias, consumando o segundo desastre ambiental na região em quatro anos.

“Se já não bastasse tudo que passei nos últimos anos, agora vem esse novo desastre ambiental. Não quero nem passar perto porque sei que vai me fazer muito mal”, afirma Robson.

O sentimento é mesmo entre os demais moradores de Regência, balneário com cerca de 6.000 moradores conhecido por suas belezas naturais e ter algumas das melhores praias para a prática de surfe no Brasil.

Desde a chegada dos rejeitos da barragem da Samarco, empresa controlada pela Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, Regência enfrenta uma debandada de turistas que costumavam lotar suas praias no verão.

Robson Barros, que tinha uma lanchonete e um camping, conseguiu manter seu negócio por apenas seis meses após a chegada dos rejeitos. Sem demanda, fechou as portas e acumula dívidas com contas de água e energia. Para reaver o prejuízo, trava uma batalha judicial com a Samarco.

Fábio Gama, 43, tem uma trajetória semelhante. Ele era dono de uma agência de eco-turismo em Regência, mas teve que fechar as portas do seu negócio há cerca de um ano por falta de clientes.

Desde então, Fábio está desempregado e trocou a moradia em Regência por uma casa na sede da cidade de Linhares. “A gente fica muito triste. Parece até que esse óleo veio para selar a nossa tragédia”, afirma.

Na avaliação do secretário de Meio Ambiente de Linhares, Fabricio Borghi, a chegada do óleo nas praias representa um novo baque para a economia da cidade, que tem o turismo como uma de suas principais fontes de renda.

“Está todo mundo muito desgastado e apreensivo com a chegada desse óleo. É mais uma tragédia para a nossa cidade”, lamenta.

Desde a chegada do óleo, que também afetou o litoral dos nove estados do nordeste, prefeitura e Exército têm atuado na limpeza das praias, mas encontram obstáculos como a grande extensão do litoral de Linhares, que tem cerca de 80 quilômetros e praias isoladas, além de fortes chuvas.

Outra preocupação são as tartarugas marinhas: nesta semana, o óleo chegou à praia Pontal do Ipiranga, onde funciona uma base do Projeto Tamar dedicado à proteção dos animais ameaçados de extinção. Até o momento, porém, não houve registro de tartarugas mortas ou oleadas na região.

Além de Linhares, há registro de óleo em outras duas cidades do litoral norte do Espírito Santo que também sofreram o impacto dos rejeitos da barragem de Mariana em 2015. De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), foram atingidos pelas manchas 15 locais das cidades de Linhares, Conceição da Barra e São Mateus. Ao todo, foram recolhidos 473 quilos de óleo.

Um comitê com entes federais, estaduais e municipais foi criado há cerca de 30 dias para instituir um plano para remoção e armazenamento do óleo. Vistorias estão sendo realizadas e barreiras de contenção foram instaladas nos estuários dos principais rios do litoral.

Em São Mateus, a prefeitura ergueu um barramento com areia fechando a foz do rio Maricu para proteger a vegetação e a fauna do estuário dos vestígios de óleo que chegaram à praia.

Desde a chegada das manchas, a maior parte dos pescadores, marisqueiros e cata-dores de caranguejo suspenderam as atividades. A pesca é uma das principais atividades das famílias da região, que atuam de forma artesanal e familiar.

A pescadora Eliane Balke, 53, diz que, com o fechamento da foz do rio, parte das embarcações não consegue mais acessar o mar para pescar. Ela diz temer pelo futuro das famílias que sobrevivem da pesca.

“Para nós, ainda mais depois de toda aquela lama de rejeitos, é muito complicado enfrentarmos mais uma situação dessas. Estamos vivendo, assim, como um filho sem pai”, resume a pescadora.

As manchas de óleo já atingiram 527 praias em 112 municípios do Nordeste e Espírito Santo do dia 30 de agosto até o dia 12 de novembro.

O último relatório do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) aponta que havia, também até ontem, 22 praias ainda oleadas e 302 com vestígios esparsos.

O derramamento de óleo já foi responsável pela morte de pelo menos 97 animais, além de outros 37 oleados. O último animal que apareceu morto foi uma tartaruga marinha, na terça (12), em Alagoas.

Até o momento, segundo o Ibama, foram contabilizadas cerca de 4.400 toneladas de resíduos de óleo retirados das praias. A conta leva em consideração areia, lonas e outros materiais usados na coleta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E GLAUCE CAVALCANTI

Título: Gás boliviano pode ser substituído por GNL em plano de contingência

Estatal YPFB avisa Brasil e Argentina sobre risco de que invasões atrapalhem cumprimento de contrato para fornecer produto

A estatal petrolífera boliviana YPFB informou à Petrobras e à leasa, companhia de integração energética da Argentina, que a crise política no país, que resultou na renúncia de Evo Morales no último domingo, pode atrapalhar o cumprimento do contrato para fornecimento de gás, com flutuações no volume transportado ou interrupções. Até o momento, o envio do combustível segue normalizado. Empresários de setores fortemente dependentes de gás, como cerâmica e vidro, avaliam que, por ora, a situação é de tranquilidade, mas que o episódio reforça a necessidade de discutir um plano de contingência para evitar problemas.

A Petrobras tem um plano próprio de ação. As principais premissas, segundo fontes, envolvem a redução do consumo próprio de gás natural em suas plataformas, além da importação de Gás Natural Liquefeito (GNL). Os três terminais, situados na Baía de Guanabara, no Rio, na Bahia e no Ceará, têm capacidade total de importação de pelo menos 35 milhões de metros cúbicos de gás natural. A estatal conta com planos de contingência em todas as suas unidades de risco, como plataformas, terminais, dutos e refinarias.

— Além disso, o pré-sal tem produção crescente, o que assegura o abastecimento nacional. Mesmo em caso de acionamento mais elevado de usinas termelétricas, a Petrobras tem portfólio (projetos) para fazer frente às necessidades da demanda — diz uma fonte.

‘EVENTO DE FORÇA MAIOR’

A Petrobras é uma das principais compradoras do gás natural boliviano por meio do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) e recebeu um comunicado da YPFB na segunda-feira sobre eventual variação na entrega. Na carta enviada à argentina leasa, a estatal boliviana explica que um grupo de pessoas tomou um campo de produção e estações de bombeamento da empresa e que não descartava a invasão de outras instalações de produção ou de transporte de gás.

“A YPFB, ao encontrar-se impedida de cumprir suas obrigações no marco do contrato de compra e venda de gás natural, por um evento fora do seu controle, invoca a liberação do cumprimento de suas obrigações devido a um evento de força maior/caso fortuito”, informou a carta.

Fontes do setor no Brasil foram informadas de que houve uma tentativa de invasão de manifestantes no campo de Carrasco, em Chapare, na região central da Bolívia, que teria sido contida pelo exército boliviano. Essa área, que faz parte do departamento de Cocha-bamba, é um conhecido reduto eleitoral de Morales.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, existem alternativas para substituir o gás boliviano: — Em caso de redução da oferta da Bolívia, podem ser adotadas medidas como aumento da importação de GNL e uso de combustíveis substitutos, como Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), óleo combustível ou diesel (para abastecimento de termelétricas).

Um plano de contingência do governo só seria acionado caso a Petrobras não conseguisse, com os recursos disponíveis, fazer frente às necessidades de gás do país. O artigo 50 da Lei do Gás define as diretrizes de um plano de contingência nacional, que teria de ser determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e executado pelo **Ministério de Minas e Energia**.

MUDANÇA DE CENÁRIO

O abastecimento, porém, poderia ser garantido apenas com a importação de GNL, segundo especialistas. Em setembro, a oferta de gás nacional somou 67,1 milhões de metros cúbicos, enquanto o consumo ficou em 74 milhões. Na prática, a importação de gás boliviano responde por um volume de 7 milhões de metros cúbicos por dia do consumo nacional.

Fontes dizem ainda que hoje há extensa malha de gasodutos nas regiões Sudeste e Sul do país, que também é interligada ao Nordeste. Ou seja, o GNL pode chegar ao país a partir do terminal no Rio e ser enviado a outras regiões.

Na avaliação de especialistas, o cenário mudou depois de 2006, quando o então presidente Evo Morales anunciou a nacionalização das atividades petrolíferas. Desde então, a Petrobras desenvolveu um programa para reduzir a dependência que o país tinha na época do gás boliviano. A estatal construiu milhares de quilômetros de gasodutos, aumentou a produção de gás em suas plataformas e construiu três terminais de importação de GNL.

Atualmente, a Petrobras tem importado um volume da ordem de 15 milhões de metros cúbicos por dia. A crise boliviana deve atrasar as negociações em curso para uma revisão do contrato entre a YPFB e a estatal brasileira, que vence em dezembro. A redução do uso do Gasbol pela Petrobras é parte do plano do governo para aumentar a concorrência no setor e, com isso, estimular a queda dos preços dos combustíveis.

Lucien Belmonte, superintendente da Abividro, que reúne as empresas da indústria de vidro no país, não enxerga risco de desabastecimento. Destaca, porém, que o problema na Bolívia traz de volta à pauta o debate sobre planos de contingência a serem adotados quando isso ocorrer.

— A Petrobras teria condições de contornar qualquer problema com o gás boliviano, que tem participação muito pequena no total do país, com facilidade. Por outro lado, a situação mostra que temos de retomar a discussão sobre plano de contingência — alertou ele.

O setor de revestimentos cerâmicos acompanha os desdobramentos da crise boliviana. Manfredo Gouvêa Júnior, presidente do Conselho da Anfacer, que reúne a indústria do segmento, diz que ainda é cedo para saber se a crise política na Bolívia vai afetar o fornecimento de gás ao Brasil. Mas reforçou, por meio de nota, que é preciso organizar um plano B “caso seja necessário e existem alternativas a serem avaliadas”.

Com agências internacionais

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Queda do preço do gás pode atrasar

Diretor-geral da ANP admite que crise na Bolívia atrapalha abertura do setor, mas se mostra otimista com plano do governo

Além dos desafios regulatórios para aumentar a atratividade dos leilões de áreas de exploração de petróleo, outro fator abordado no evento foi o setor do

gás natural, alvo de um programa do governo federal para baixar os preços ao consumidor final e à indústria.

Para Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a mudança virá com a abertura do setor, com as empresas privadas acessando as instalações até hoje controladas pela Petrobras. Mas ele diz que é difícil saber quanto e quando os preços vão cair. Ele citou ainda a crise na Bolívia, que atrasa ainda mais esse processo.

— Com o fim do contrato de transporte de gás da Bolívia para a Petrobras (em dezembro), a ANP estava coordenando um leilão entre as empresas para contratar o gás disponível. A eleição da Bolívia paralisou o processo de negociação. Tem que haver um governo legítimo, que tenha condição de assinar novo contrato com novo preço e volume. Sem isso, é difícil saber se haverá fim para essa história.

No entanto, ele descarta possível desabastecimento de gás no país: — Não acredito nisso. É de interesse comum tanto da Bolívia quanto do Brasil que o gás continue fluindo. Não vejo ninguém interessado em que isso não ocorra.

Na plateia do evento, Katia Repsold, presidente da distribuidora de gás Naturgy, disse que o custo do gás no Brasil pode cair com o plano do governo federal para estimular a concorrência. Segundo ela, nos últimos dois anos, o preço dobrou, com alta do dólar e da cotação do petróleo: — Um tema é a necessidade de regras claras, com debates mais abertos. Precisamos dessa transparência para que os investidores venham. Não se pode mudar as regras e os contratos por regulamentação. As regras têm que ser previstas e negociadas. Não tem como resolver sozinho.

A estratégia do governo para baratear o gás está baseada em prover maior concorrência no setor de transporte e distribuição do combustível, hoje dominado Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Empresas e ANP defendem concessão

Para dirigentes do IBP e da ANP, falta de concorrência e arrecadação abaixo do esperado evidenciam o esgotamento do modelo de leilão adotado para o pré-

sal. Para acelerar produção, eles defendem a substituição pelo formato usado nas outras áreas

As principais empresas do setor e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) avaliam que o regime de concessão é mais adequado para aumentar a atratividade dos leilões de áreas de exploração no pré-sal e acelerar os investimentos na exploração das reservas brasileiras. A atual legislação obriga o regime de partilha no pré-sal. A troca foi defendida no “E Agora, Brasil” pela presidente do IBP, Clarissa Lins, e pelo diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

O megaleilão do último dia 6 viabilizou a exploração de duas das áreas mais promissoras do pré-sal na Bacia de Santos, arrematadas pela Petrobras. Só o campo de Búzios tem reserva estimada em 10 bilhões de barris, a sétima do mundo. No entanto, a arrecadação abaixo dos R\$ 106,5 bilhões esperados e a ausência das petroleiras de fora geraram uma frustração que aumentou no dia seguinte, na 6a. Rodada do

Pré-sal. A venda de apenas um dos cinco blocos, cujos bônus fixos somavam R\$ 7 bilhões, gerou R\$ 5 bilhões, com novo protagonismo da Petrobras. Clarissa e Oddone concordaram que os resultados evidenciam a necessidade de mudar.

Recém-empossada à frente do IBP, Clarissa frisou que um modelo competitivo é fundamental para atrair empresas que disputam leilões no mundo todo e têm tido cuidado redobrado na decisão de investimentos. As empresas defendem a troca do regime de partilha, criado em 2010 para aumentar a participação governamental no pré-sal, pelo de concessão, praticado no país desde o fim da década de 1990.

— As estrangeiras não fizeram lances nesses leilões demonstrando que talvez seja a hora de voltar a algo mais simples, que é a concessão. Simplicidade estimula transparência, redução de custo, competição entre as empresas, ajuda a eliminar o entulho regulatório que hoje traz elementos de incerteza — disse Clarissa, que levou avaliação do leilão pelas petroleiras ao governo.

— O Brasil não é a única região com áreas em oferta. Temos que comprovar, a cada momento, que somos atraentes.

A concessão interessa mais às empresas porque disputam o bônus de assinatura na perspectiva de terem retornos altos para compensar os riscos da exploração. Na partilha, dividem os lucros com a União e enfrentam vantagens competitivas reservadas à Petrobras.

FIM DA ‘ERA DO BÔNUS’

Oddone concordou que é preciso simplificar o modelo. Para o diretor-geral da ANP, “a era do bônus elevado acabou” Não há mais grandes reservas a serem

leiloadas, mesmo no pré-sal, que motivaram a introdução da partilha. Segundo ele, a partir de agora os blocos tendem a ser menores e de

maior risco exploratório.

Um caminho sugerido por Oddone no debate seria licitar todas as novas áreas sob o regime de concessão, modulando as participações especiais nos campos mais produtivos: — Licita tudo em concessão. Nas áreas em que a ANP identificar um potencial grande, e que pode ser alvo de uma carga fiscal maior, cria-se uma participação especial adicional. Hoje, o óleo-lucro da partilha é da União e, com essa participação especial adicional, poderia ser discutida uma divisão entre estados e municípios.

Qualquer mudança de regime cabe ao Legislativo. Oddone mostrou preocupação com propostas em discussão no Congresso. Ele citou o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com o polígono do pré-sal — delimitador das áreas que devem ser licitadas por partilha e com o direito de preferência da Petrobras — e deixa para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a escolha do regime em cada área a ser leiloadas. Para ele, há risco de tudo virar partilha, onde a carga fiscal é mais alta. A tendência, para ele, é o governo priorizar isso em vez de concorrência: — Tenho preocupação enorme com isso. A gente pode começar com uma ótima intenção de acabar com a partilha e terminar acabando com a concessão. Conceitualmente, a partilha traz maior resultado para a União. Quando a CNPE for analisar vai acabar licitando várias áreas em partilha.

Os dois convidados concordaram principalmente que o país tem pressa nessa questão. Ambos destacaram que o tempo é curto para aproveitar as oportunidades ainda oferecidas pelo petróleo. O desenvolvimento de novas tecnologias para reduzir emissões de carbono tende a diminuir a demanda e, consequentemente, o preço global da commodity.

— Estamos falando de um horizonte de 20 anos de demanda crescendo. Depois, não acaba, mas começa a cair. Portanto a alocação de recursos nessa fonte energética não tem a mesma atratividade que teve até agora — disse Clarissa

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Inovação a partir da qualificação

Investimentos do setor em pesquisa e desenvolvimento podem chegar a R\$ 5 bi por ano. Para participantes do debate, foco deve passar da construção de laboratórios para o estímulo a projetos, formação de capital humano e apoio a start-ups

Com o avanço da produção de petróleo no pré-sal e a perspectiva de se tornar o quinto maior produtor mundial no fim da próxima década, o Brasil tem um grande potencial para se transformar em um novo polo de desenvolvimento de tecnologia nesse setor. O foco agora deve ser o estímulo à criação de projetos e não apenas na construção de laboratórios, avalia Décio Oddone, diretor-geral da ANP.

A expectativa é que os investimentos anuais das empresas do setor em pesquisa e desenvolvimento oscilem entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões ao longo da próxima década. Segundo Oddone, desde o fim dos anos 1990, o total arrecadado em fundos para investimentos em pesquisa soma R\$ 13 bilhões. As companhias têm que destinar 1% do faturamento em desenvolvimento e inovação.

— No passado, vimos o mais fácil, que foi construir laboratórios e instalações. E eles ficam sem utilização porque não têm projetos. Precisamos criar condições para desenvolver o capital humano e a inteligência. Por isso, mudamos o regulamento para que parte desse volumes vá para capacitação de recursos humanos, como bolsas de estudo. Já são 1.500, entre graduação, mestrado e doutorado — afirmou Oddone durante o debate do “E agora, Brasil?”, que foi realizado na sede da CNC, no Centro do Rio.

Clarissa Lins, presidente do IBP, acredita que serão arrecadados ao longo da próxima década cerca de R\$ 20 bilhões para pesquisa e desenvolvimento. Ela destacou que o país já é referência em tecnologia de exploração em águas profundas e ultraprofundas: — Talvez agente possa fazer mais barulho em torno disso, mas já é resultado de investimentos vultosos liderados pela Petrobras, que tem seu centro de pesquisas na Ilha do Fundão (campus da UFRJ, na Zona Norte do Rio) e tem reconhecimentos internacionais a tecnologias aplicadas no pré-sal brasileiro no campo de Libra, por exemplo.

Segundo Clarissa, já são mais de 50 mil empresas na cadeia de fornecedores do setor de petróleo e gás no país.

Para estimular ainda mais a inovação, Oddone citou o plano de criação de um novo fundo para apoiar o surgimento de novas empresas da cadeia de óleo e gás: — O objetivo é estimular as start-ups, para que conceitos inovadores possam se traduzir em soluções comerciais. Não podemos desperdiçar essa oportunidade. Chega de laboratório. Vamos gerar ideias.

A estimativa é que, com os leilões de partilha e do excedente da cessão onerosa, sejam gerados investimentos entre R\$ 1,5 trilhão e R\$ 1,8 trilhão em toda a indústria do petróleo e gás no país ao longo dos contratos nas próximas três décadas.

— O mundo investe R\$ 220 bilhões por ano. Só o bônus pago no Brasil neste ano foi de R\$ 84 bilhões. É quase a metade de todo o mundo. Isso fala por si só e vai se refletir a longo prazo — afirma Oddone.

O pré-sal também vai permitir, afirmou Oddone, a criação de uma demanda para os fornecedores locais, apesar de as regras que estabelecem o cumprimento do índice de conteúdo local no setor terem sido flexibilizadas em 2016. Ele citou a importância da diversificação de empresas atuando nos campos, além da Petrobras que, por conta da crise desencadeada após a Operação Lava-Jato, teve de reduzir seus investimentos nos últimos anos.

— O que aconteceu no passado não acontece agora. Lá atrás foi criada uma expectativa e euforia com o pré-sal, com a construção de estaleiros. Não nos preocupamos em garantir a demanda. A preparação veio antes da demanda. Agora, com esses leilões todos, dá para acreditar que a demanda está contratada. Não vão faltar recursos financeiros, humanos e materiais para que esses projetos ocorram — destacou Oddone.

COMPROMISSO AMBIENTAL

Os dois debatedores destacaram que todo esse investimento ocorre em um momento em que as empresas do setor de petróleo já estão se transformando em companhias de energia. Clarissa lembrou mais de uma vez que o mercado do petróleo tem prazo de validade: — Como um todo, o que se deve fazer? Se preparar para ser o mais competitivo possível. Por isso, a gente advoga simplicidade de regras.

Oddone, por sua vez, citou uma série de iniciativas no mundo, como cidades proibindo motores a combustão. Para ele, isso vai ter impacto no consumo de derivados nos próximos anos: — Não temos mais décadas à frente. Temos que simplificar as regras, pois vamos competir não só com petróleo, mas com solar e eólica. A revolução do shalegas (produção não convencional, que cresce nos EUA) e a tecnologia que permitiu descobrir reservas como o do pré-sal colocaram fim à era do petróleo caro.

Para além de sobreviver na economia de baixo carbono, Clarissa e Oddone classificaram o compromisso das petroleiras com o meio ambiente como crucial. A presidente do IBP afirmou que não se pode ignorar os recados que vêm da sociedade.

— Para comprovar que somos um local atraente para os próximos dez, 15,20 anos, é pensar no futuro. A gente tem que entender essa mensagem e responder de acordo, mostrando o comprometimento inegociável com a responsabilidade ambiental. O que a indústria faz, inclusive no Brasil, é atuar de maneira absolutamente responsável no que diz respeito às emissões de gás de efeito estufa — disse Clarissa.

Um exemplo da importância do tema citado no evento foi o impacto do surgimento de manchas de óleo nas praias do Nordeste, que não foram provocadas pela indústria petrolífera no Brasil, mas pelo vazamento de um navio petroleiro na costa. Os dois debatedores lembraram que IBP e ANP colaboraram com o governo na mitigação dos danos, mas reconheceram as dificuldades de enfrentar problemas ambientais dessa ordem.

— Esse episódio mostrou que até mesmo a indústria, com seus melhores padrões, não conseguiu prontamente defender a costa com os mecanismos de proteção existentes. Isso é um desafio — disse Clarissa.

— Infelizmente esse acidente coloca a nossa fragilidade, mas em nenhum momento houve ausência de resposta, de disponibilidade para mitigar os danos.

Oddone admitiu as dificuldades diante da imprevisibilidade e da falta de informações sobre a origem do vazamento, mas afirmou que será criado um plano mais robusto de reação a acidentes ligados ao petróleo, com a transição de um modelo de monopólio para maior diversidade de atores:

— O plano de reação deixará de ser da Petrobras e passará a ser da indústria, incluindo o interesse de todos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Contratos aumentam arrecadação

ANP projeta que produção em campos do pré-sal ajudarão a elevar para R\$ 300 bilhões por ano pagamentos do setor aos cofres públicos, estabelecendo um novo patamar que exigirá maior responsabilidade na aplicação dos recursos

Os campos arrematados no megaleilão e na 6-Rodada do Pré-sal vão ajudar a impulsionar a arrecadação anual do setor para os cofres públicos, que pode chegar a R\$ 300 bilhões por ano no fim da próxima década. Em 2018, de acordo com Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), foram arrecadados R\$ 52 bilhões.

Para Oddone, mesmo com as áreas não arrematadas nos dois certames, realizados na semana passada, haverá uma mudança de patamar em termos de arrecadação de royalties, participações especiais (que incide sobre os campos mais produtivos) e imposto de renda. Parte dos valores arrecadados vai para estados e municípios produtores, aumentando a necessidade de aplicar melhor esses recursos públicos.

— Isso não é pouco. A arrecadação vai sofrer um choque. É uma mudança de patamar, e isso independentemente de ter licitação de quatro ou seis blocos amais ou se vier a licitar no ano que vem essas áreas — disse Oddone.

— A arrecadação (total) deve gerar R\$ 5,5 trilhões ao longo da vida dos contratos, até 2050. O pico de arrecadação será entre 2030 e 2035.

Dados apresentados por Clarissa, do IBP, também mostram o avanço nos volumes de arrecadação. O setor recolheu R\$ 1 trilhão nos últimos dez anos e o esperado para a próxima década é R\$ 1,3 trilhão.

— Os volumes são absolutamente expressivos — disse ela.

Oddone destacou que parte desse aumento ocorre porque os campos do pré-sal são regidos pelo regime de partilha, onde a participação governamental, dependendo do ágio obtido durante o leilão aumenta na fase de produção:

— Com os leilões, já está contratada a mudança de patamar de produção na próxima década. Temos 60 blocos e áreas dentro do polígono do pré-sal e outros 40 fora. Isso garante atividade, e nossa expectativa é que o Brasil seja um dos cinco maiores produtores na próxima década.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O ano das estatais

A soma dos lucros líquidos das três maiores estatais brasileiras — Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil —, entre janeiro e setembro de 2019, foi de R\$ 52 bilhões. É, de longe, a melhor performance do trio desde 1993. A conta é da Economatica.

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/11/2019****Seção: Sociedade****Autor: GISELLE OUCHANA****Título: Óleo chega a 200km da divisa com RJ, e estado já prepara municípios**

O governo do Rio capacitou servidores de 25 municípios costeiros, incluindo a capital e cidades turísticas como Búzios e Angra dos Reis, na preparação para uma eventual chegada à costa fluminense do óleo derramado, que já afeta dez estados brasileiros. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), a praia mais ao Sul atingida pelo petróleo é a Formosa, em Aracruz (ES), a pouco menos de 200 quilômetros da divisa com o estado do Rio.

De acordo com a secretária estadual de Ambiente e Sustentabilidade do Rio, Ana Lucia Santoro, não é possível garantir que o óleo não atingirá as praias fluminenses, mas a chegada também é tida como incerta. O trabalho, diz ela, visa garantir que as equipes responsáveis pela limpeza estejam capacitadas se o pior se confirmar: — Ninguém recebeu do governo federal nenhuma orientação de que não vai chegar ou que (o óleo) se esgotou.

O treinamento tem uma parte teórica e outra prática, realizada em uma praia reservada do Exército. A próxima fase incluirá a Região dos Lagos e, por fim, as cidades da Região Metropolitana e do Sul. A probabilidade de avançar no litoral do estado, no entanto, é muito improvável, diz ela: — A corrente do Nordeste nem chega à Região Metropolitana e ao Sul do Estado.

Ainda segundo Ana, o óleo recolhido no Espírito Santo tem “características totalmente diferentes” daquele que está sujando o Nordeste: — É a mesma origem, mas já está diferente. O que chegou no Nordeste formava aquelas borras grandes e moles, e o que está chegando no Espírito Santo forma umas manchinhas menores e com grau de maturação bem diferente pelo intemperismo da água. São como pedrinhas.

MME / ASCOM .